PORTUGUESES, ESPANHÓIS E ITALIANOS NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS REGISTROS CENSITÁRIOS (1872-1960)[1]

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

INTRODUÇÃO

Analisar a presença estrangeira na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, implica contemplar, essencialmente, indivíduos oriundos da Europa do Sul[2]. Foram estes os que deixaram marcas mais profundas na cidade, constituindo-se em influências decisivas na composição da população, nos usos e costumes e no espaço do pequeno comércio, que se tornou a expressão mais visível do "fazer a América" na cidade-capital[3].

Em uma perspectiva histórica de longa duração, essa presença continuada explica porque, até hoje, é possível encontrar muitos imigrantes das três nacionalidades – com destaque para portugueses e galegos – como proprietários de pequenos negócios comerciais, perpetuando no tempo um dos sonhos que acalentou a emigração: o desejo de ascender socialmente através do comércio.

Do português e do galego dos armazéns de secos e molhados, bares, botequins e restaurantes ao espanhol proprietário de hotéis, passando pelo italiano das bancas de jornal, a cidade do Rio de Janeiro deveu parte importante de seu desenvolvimento ao imigrante deslocado das duas penínsulas mediterrânicas mais ao ocidente, promovendo pontes atlânticas entre a Europa meridional e a América do Sul, onde os portos brasileiros tornaram-se importantes locais de chegada e de acolhida.

1 O artigo é resultado de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com apoio do Prociência-UERJ; do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e taxas de bancada do Programa *Cientista do Nosso Estado* da Fundação Carlos Chagas de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Considerando-se, porém, as três nacionalidades, no tocante à sua distribuição pelo território brasileiro, deve ser dado destaque ao fato dos portugueses dirigirem-se, preferencialmente, para o Rio de Janeiro, enquanto italianos e espanhóis tinham em São Paulo o principal lugar de chegada.

3 O Rio de Janeiro foi capital da Colônia, do Reino Unido, do Império e da República, de 1793 a 1960, altura em que a cidade de Brasília tornou-se o novo Distrito Federal.

OS REGISTROS CENSITÁRIOS E A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO RIO DE JANEIRO

Ainda que variadas sejam as fontes que permitem aos historiadores analisar a complexidade em que se constituíram os processos migratórios do passado, algumas análises são melhores desenvolvidas quando a opção recai na escolha de uma determinada documentação. No caso dos estudos voltados para a análise do impacto de uma dada nacionalidade em um determinado espaço, por exemplo, como propõe esse artigo, eles se tornam mais ricos quando contemplamos os censos demográficos como caminho de investigação, ainda que isto não exclua o cotejo com outros tipos de fonte.

É verdade que os censos representam um determinado recorte temporal, mas os estoques populacionais que eles evidenciam ensejam importantes análises no tocante a vários aspectos da imigração em geral, bem como ao peso assumido pelo estrangeiro no todo social. É possível dessa forma, superar, dentre outros aspectos, os problemas advindos de análises centradas nas estatísticas de entrada que, regra geral, que evidenciam uma pequena – quando não inexistente – preocupação em dialogar com os quantitativos de saída. Estes, porém, eram muito significativos, como demonstram os números constantes do *Relatório do Ministério da Agricultura* para os anos 1912-1913, quando ascenderam enormemente os totais de entrada de indivíduos deslocados da Península Ibérica.

QUADRO N.º 1
Entradas e Saídas de Estrangeiros pelo Porto do Rio de Janeiro (1907–1912)

Ano	Entradas	Saídas	Balanço entre entradas e saídas
1907	31 156	22 076	29,46%
1908	46 216	28 457	38, 42%
1909	42 763	26 128	38,90%
1910	37 393	22 547	39,70%
1911	72 970	23 260	67,98%
1912	83 054	29 731	64,20%

Fonte: BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1912–1913, p. 132.

Considerados os limites que afetam outros tipos de fontes, a análise dos estoques populacionais torna-se, assim, importante possibilidade para reflexões acerca da presença de portugueses, espanhóis e italianos na cidade do Rio de janeiro. Para além de evidenciar a distribuição da população por nacionalidades, os registros disponíveis ensejam, ainda, a possibilidade de análises variadas sobre cada uma de *per si* (composição etária, sexo, profissão e outras), bem como sobre sua distribuição no espaço tomado como referência. Por outro lado, é importante ressaltar que as principais nacionalidades estrangeiras fixadas em território brasileiro eram sempre objeto de maior atenção, destaque e observações pontuais nas contabilizações que eram feitas, permitindo ao pesquisador encontrar indicativos mais explícitos de sua participação na composição populacional e profissional da cidade. É o que nos indica, por exemplo, as explicações preliminares à consolidação dos dados do *Censo de 1940*:

> "A classificação segundo as nacionalidades específicas /.../ restringiu-se, em alguns quadros, às discriminações 'alemã', 'espanhola', 'italiana', 'japonesa' e 'portuguesa', que, pela sua especial importância dos pontos de vista histórico, social e político, foram selecionadas como principais nacionalidades para efeito de confronto entre as diversas Unidades da Federação" [4].

A história dos recenseamentos no Brasil acompanhou, de forma muito próxima, as mudanças e crises que compõem a história política brasileira. Cabe lembrar, nesse sentido, a forma pela qual a contagem da população aperfeiçoou-se em decorrência das necessidades postas pela evolução dos mecanismos eleitorais, a partir da segunda metade do Oitocentos. Deve ser pontuado, ainda, que as tensões que acompanharam a história política republicana foram responsáveis por descontinuidades na periodicidade (10 anos) instituída para a realização dos recenseamentos ao início do período republicano, que implicaram a existência de algumas significativas lacunas no processo.

A primeira contagem geral da população brasileira data da segunda metade do século XIX. Até então os levantamentos numéricos eram realizados com base em listas paroquiais que eram enviadas aos governos provinciais para consolidação e posterior encaminhamento ao Governo Central, o que nem sempre ocorria. Com o

4 *Censo de 1940*, p. XVI. Grifos nossos.

advento do Segundo Reinado (1840) e o estabelecimento do regime parlamentar impôs-se a necessidade da criação de bases que pudessem garantir maior confiabilidade aos sistemas eleitorais, o que pressionou por mudanças e levou ao abandono das estratégias censitárias até então utilizadas.

Em 1871 decreto federal determinou, pela primeira vez, a realização de um recenseamento global da população do país, o que se efetivou no ano que se seguiu. Os resultados obtidos indicaram não só a presença de um significativo contingente de escravos – quando todas as repúblicas latino-americanas já tinham posto fim à escravidão – quanto apontaram para uma quantidade expressiva de estrangeiros, fixados, principalmente, na capital, então o principal porto de entrada no Brasil[5].

Dezoito anos separaram o censo imperial de 1872 do primeiro realizado sob o regime republicano. Este último, realizado no ano de 1890, merece algumas importantes observações quanto à conjuntura na qual foi realizado. Em primeiro lugar, deve ser pontuado que não havia mais escravos no Brasil, pouco menos de um ano antes da proclamação da República, maio de 1888[6]. Por outro lado, a contagem da população antecedeu o período de imigração massiva conhecida como Grande Imigração (1890-1914), embora, nos resultados publicados já estejam incluídos significativos contingentes provenientes de áreas rurais, em decorrência da expansão das linhas ferroviárias pela Europa do sul. Em termos do deslocamento de portugueses do norte para o Brasil, por exemplo, deve ser lembrada a importância assumida no processo de deslocamentos pelo ramal do Douro que, serpenteando ao longo do rio, uniu o interior aos portos de embarque[7].

Apesar da determinação republicana no sentido da realização de censos a cada dez anos, um novo recenseamento só seria realizado trinta anos depois, em 1920. Dificuldades de diversas ordens, com destaque para a instabilidade política, tinham impedido a realização dos censos previstos para 1900 e 1910. Com relação especificamente ao Rio de Janeiro, registre-se a realização de um censo

5 Segundo os dados consolidados, a população da capital totalizava 274 972 indivíduos. Dentre estes, 226 033 eram indivíduos livres (já computados escravos alforriados e libertos no ventre) e 48 939 eram escravos. No conjunto da população livre, um total de 73 310 indivíduos, cerca de 1/3 da população, estava constituído por estrangeiros, sendo 56 008 homens e 17 302 mulheres.

6 A escravatura conheceu um processo de abolição gradual, a partir do término do tráfico negreiro (1850 e 1854). Em 1871, a Lei do Ventre Livre tornou livres os escravos nascidos da data do decreto em diante. Quatorze anos depois, em 1885, entrou em vigor a Lei dos Sexagenários e, finalmente, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea deu liberdade a todos os escravos, um ano apenas antes do fim do Império.

7 O ramal do Douro atingiu Ponte D'Alba, na fronteira com a Espanha, no final do século XIX, possibilitando ligações com Salamanca.

comercial e industrial no ano de 1906, mas a consolidação dos dados, no tocante à população, apresentou várias imprecisões e distorções.

O Censo de 1920 contou com uma metodologia mais apurada, principalmente com relação a uma definição mais precisa das profissões. Dessa forma, pôde não só corrigir algumas distorções anteriores quando se deter na análise de questões consideradas importantes ao desenvolvimento do país, evidenciando, por exemplo, uma preocupação visível com a questão da divisão social do trabalho.

Segundo os resultados obtidos, a população da cidade do Rio de Janeiro quadruplicara em um espaço de tempo de apenas três décadas, alcançando um total de 1 157 873 indivíduos, dos quais 239 129 (20,65%) eram estrangeiros. Ainda que se mantivesse a esmagadora presença portuguesa nos totais relativos aos imigrantes, registrava-se já uma participação significativa de espanhóis e italianos na cidade-capital, embora estas duas últimas nacionalidades tivessem a orientação de seus fluxos direcionados, principalmente, para a cidade de São Paulo.

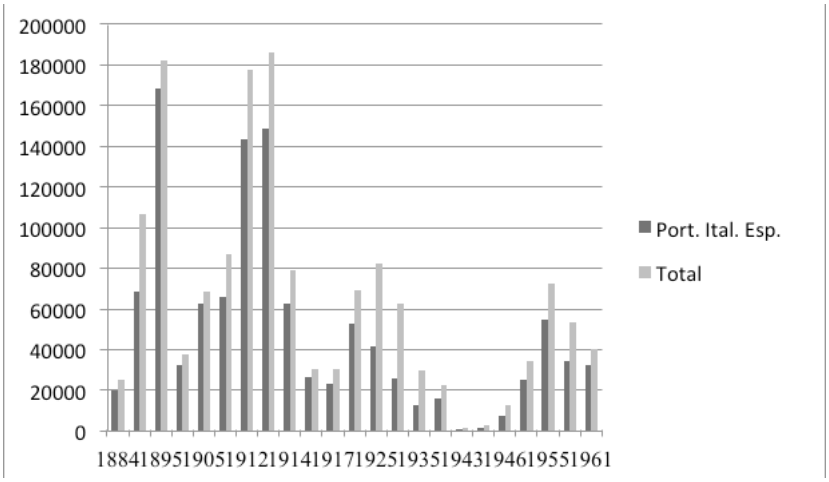
Novas instabilidades viriam a impedir a realização do censo previsto para o ano de 1930, momento em que findava a Primeira República para dar início aos 15 anos ininterruptos do governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, um novo censo só seria realizado em 1940, quando o estabelecimento de cotas de entrada (1934) já fazia sentir seu impacto e políticas anti-imigrantistas expandiam-se pelo ocidente [8].

A partir de então, os recenseamentos guardaram o distanciamento previsto no alvorecer do século e nunca cumprido: dez anos. Com relação aos censos de 1950 e 1960, ocorridos no contexto de pós Segunda Guerra, eles demonstram a significativa evolução ascendente dos fluxos direcionados para o Brasil, cujo pico estatístico foi atingido em 1952. Bem sabemos que o pós-1945 foi uma conjuntura de deslocamentos, em parte de populações destroçadas pelas crises que acompanharam o fim da guerra. Nessa panorâmica, o Brasil tornou-se, mais uma vez em sua História, promessa de futuro, possibilitando a reativação de antigas cadeias [9] e a organização de novas relações entre o "cá" e o "lá".

8 Importante destacar que os portugueses, rapidamente recuperaram privilégios, a partir da tese de que a população brasileira tinha raízes lusitanas.

9 Segundo os autores que forjaram ou reatualizaram o conceito, este pode ser definido como processo através do qual futuros migrantes tomam conhecimento de oportunidade em uma determinada região, tem acesso aos meios para a viagem e obtém auxílio para a instalação inicial e obtenção de um primeiro emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores. Ver, dentre outros, DEVOTO, 2003.

GRÁFICO N.º 1
Entrada de Estrangeiros no Brasil (1884-1961)



Fonte: BRASIL IBGE. *Imigrantes segundo algumas nacionalidades*. Gráfico da autora.

Em um cenário no qual os estrangeiros tinham expressiva participação na constituição da população, sua distribuição por nacionalidade indicava que a maioria incontestável deles estava composta por imigrantes deslocados da Europa de Sul. Podemos mesmo considerar que o deslocamento das três nacionalidades condicionou o próprio ritmo das entradas de imigrantes no país, sendo poucos os anos nos quais os fluxos direcionados de Portugal, Itália e Espanha mantiveram-se abaixo do relativo às outras nacionalidades, como em 1890 ou na conjuntura enquadrada pelos anos de 1925 e 1927. Considerado o conjunto formado pelas três nacionalidades mencionadas, os portugueses foram aqueles que, ao longo do período, lideraram o movimento, com exceção de poucos momentos de descontinuidade nesse processo, como foi o caso da entrada de italianos no ano de 1895 [10].

No tocante à imigração italiana, os anos de 1888, 1891 e 1895-1897 representaram os anos de imigração massiva mais expressiva, com patamares colocados acima de 95 000 entradas: 104 353 em 1888, 132 326 em 1891, 97 055 em 1895, 96 505 em 1896 e 104 510 em 1967. Quantitativos como esses, porém, nunca mais se repetiram e os números não ultrapassaram o total de 30 000 entradas a partir de 1903.

10 Nesse ano, 97 344 italianos entraram no país, enquanto os portugueses foram 36 055.

No caso espanhol, os picos são menos expressivos do que aqueles que afetaram as entradas de portugueses e italianos. O ano de 1893, porém, destaca-se dentre todos, por registrar o maior número de emigrados deslocados da Espanha: 38 998 indivíduos [11].

Com relação aos portugueses e espanhóis, uma conjuntura em particular merece destaque: aquela que compreende os anos de 1910 e 1914, com ocorrência de picos numéricos em 1912 e 1913, quando graves conturbações políticas e econômicas sacudiram a Europa do Sul [12], conforme ilustra a tabela que se segue, que demonstra o crescimento numérico na entrada de indivíduos deslocados das Penínsulas Ibérica e Italiana.

QUADRO N.º 2
Entrada de Estrangeiros (1910–1914)

Anos	Espanhóis	Italianos	Portugueses
1910	20 843	14 163	30 857
1911	35 492	31 785	76 530
1912	41 064	30 886	76 701
1913	18 945	15 542	27 935
Totais	116 344	92 376	212 023

Fonte: BRASIL. IBGE. *Entrada de Imigrantes segundo as nacionalidades*. Gráfico da autora.

Analisando-se o movimento descrito no tempo pelos números referentes às entradas de estrangeiros em território brasileiro, é possível perceber a drástica redução das entradas em três momentos principais: o período da Primeira Grande Guerra, os anos que se seguiram à implantação das cotas de entrada (1934) e a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Em 1943, por exemplo, entraram no país apenas nove espanhóis, um italiano e 146 portugueses. Os números, porém, voltaram a subir a partir do final da guerra e, no ano de 1955, já alcançavam o total de 11 338 espanhóis, 13 408 italianos e 13 062 portugueses.

11 A elevação dos números relativos a "outros" em determinados anos explica-se pelo incremento de entrada de algumas nacionalidades; caso dos em 1933 e 1934, dos russos em 1890 e de outras nacionalidades, não discriminadas, em de 1924 a 1930.

12 Sobre a entrada de portugueses no Brasil em 1912, ver MENEZES, 2009: 237-247.

Os números de entrada de estrangeiros no país, em uma perspectiva temporal, são importante referencial para a análise dos estoques existentes nos momentos de contagem da população, tendo em vista permitirem uma melhor percepção do impacto de determinadas conjunturas e as descontinuidades que elas impõem ao processo. Considerado o ano de 1940, por exemplo, é possível observar, nos números censitários, a diminuição nos quantitativos relativos à imigração; em parte como resultado das cotas de entrada instituídas em 1934; em parte como resultado das dificuldades trazidas pela Guerra de 1914 e pelos "vinte anos de crise"[13] que separaram as duas grandes guerras reduzindo consideravelmente os percentuais relativos às nacionalidades objetos do presente artigo.

QUADRO N.º 3
Espanhóis, Italianos e Portugueses no
Rio de Janeiro segundo os Censos de 1920 e 1940

Anos	Espanhóis	Italianos	Portugueses	População
1920	15 125 (1,30%)	19 175 (1,65%)	141 098 (12,18%)	1 157 873
1940	11 459 (0,62%)	18 439(0,99%)	146 940 (7,95%)	1 847 857

Fonte: BRASIL. IBGE. *Censos de 1920 e 1940*. População do Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). Quadro organizado pela autora.

A retomada dos fluxos, a partir do final da guerra, por outro lado, refletiu-se nos números contabilizados no Censo de 1950 e, principalmente, no de 1960 (quadro n.º 4), repercutindo diretamente na elevação dos estoques populacionais relativos às três nacionalidades destacadas. Os percentuais relativos ao todo da população, porém, não se elevaram, em virtude de terem crescido as naturalizações e, principalmente, porque intensificaram-se determinados fluxos internos, direcionados, principalmente, para cidades do centro-sul do país, com destaque para São Paulo e para o Rio de Janeiro.

13 A referência é ao título do livro de Carr, que analisa as relações internacionais no Entre Guerras. Ver CARR, 2001.

QUADRO N.º 4
Espanhóis, Italianos e Portugueses no Rio de Janeiro

Censos	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Total da População
Censo de 1920	15 125	19 175	141 098	1 157 873
Censo de 1940	11 459	18 439	146 940	1 764 141
Censo de 1950	–	–	–	2 377 451
Censo de 1960	17 274	17 773	161 228	3 281 908

Fonte: BRASIL. IBGE. *Censos de 1920 e 1940*. População do distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). Quadro organizado pela autora.

Seja qual for a nacionalidade objeto de estudo, os números relativos aos estrangeiros ganha outra dimensão quando analisamos, em paralelo, a opção pela naturalização, considerando-se que esta acarretava, em última instância, a adoção formal de uma nova identidade: a de brasileiro naturalizado. Em alguns casos e em alguns momentos, esse processo foi altamente significativo, relativizando, em muito, o verdadeiro estoque populacional formado por indivíduos nascidos em terras estrangeiras.

QUADRO N.º 5
Naturalizações concedidas segundo os países de nacionalidade (1888–1964)

Anos	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Outros
1888–1899	106	126	803	584
1900–1909	238	985	1.195	464
1910–1919	167	175	1.088	324
1920–1929	244	500	3.804	2.056
1930–1939	611	989	5.564	4.247
1940–1949	2.180	3.522	8.548	6.613
1950–1959	841	2.376	4.957	29.509
1960–1964	839	1.349	3.691	13.122

Fonte: BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil de 1968*, p. 29. Quadro organizado pela autora.

Observando-se os números constantes da tabela acima, algumas questões merecem destaque. Dentre as três nacionalidades destacadas, por exemplo, os portugueses, considerando-se seu peso quantitativo, têm percentuais menos expressivos que outras nacionalidades (ver quadro abaixo, relativa ao Censo de 1940). Com relação a determinadas conjunturas, por outro lado, como é o caso dos anos que enquadraram a Segunda Guerra Mundial, é possível observar um expressivo aumento no processo de naturalizações, principalmente por parte de nacionalidades mais diretamente envolvidas com o conflito. A guerra e as tensões políticas que a acompanhavam são uma explicação plausível para essa tendência. Nesse contexto, naturalizar-se podia significar manter-se afastado do conflito, sem o risco da convocação militar ou de possíveis retaliações em solo brasileiro.

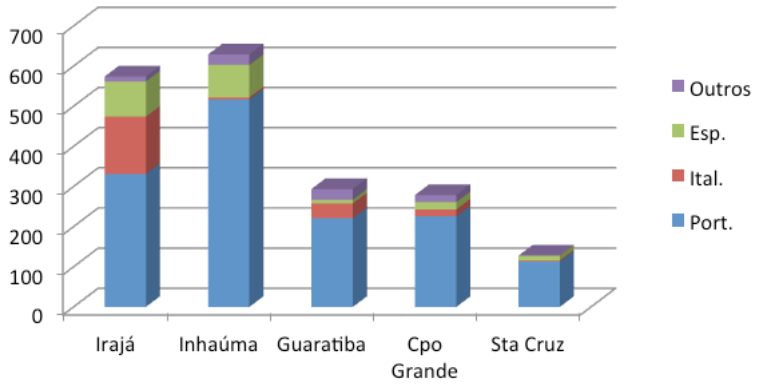
QUADRO N.º 6
Estrangeiros e Brasileiros Naturalizados (Censo de 1940)

	Espanhóis (c/Andorra)	Italianos (c/ Vaticano e S. Marino)	Portugueses
Estrangeiros	76 793	146 544	218 135
Naturalizados	12 643 (14,13%)	40 181 (21,51%)	25 983 (10,64%)

Fonte: BRASIL. IBGE. *Censo de 1940 – Estrangeiros e Brasileiros naturalizados segundo os países de nacionalidade*, p. 17. Quadro organizado pela autora.

Com relação à dispersão geográfica dos imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, é possível observar que portugueses, italianos e espanhóis tenderam a acompanhar a expansão da malha urbana. No caso dos portugueses, em especial, estes registram a maior dispersão pelas diferentes circunscrições da cidade, fazendo-se presentes não só na região central da cidade, mas também em freguesias (distritos ou bairros, dependendo da época), incluindo-se áreas rurais e pesqueiras, como demonstram dados registrados pelo Censo de 1890.

GRÁFICO N.º 2
Portugueses, Italianos e Espanhóis em circunscrições distantes (1890)

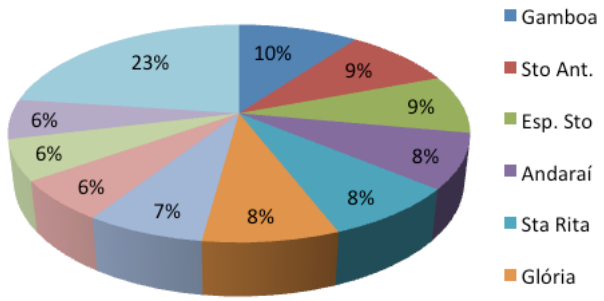


Fonte: BRASIL. *Directoria Geral de Estatística*. Censo de 1890. Gráfico da autora.

Considerados os bairros citados no gráfico (gráfico n.º 2), é importante destacar que todos eles distam hoje cerca de uma a uma hora e meia do centro da cidade (consideradas as vias de acesso atuais), demonstrando que o pequeno comércio de base estrangeira, com destaque para os portugueses ligados ao comércio de alimentos, estava presente por toda a cidade. Para além dos subúrbios de Irajá e Inhaúma, a presença portuguesa e, em menor escala, italiana e espanhola, destacava-se em regiões caracterizadas como áreas de fronteira agrícola (Campo Grande e Santa Cruz) ou da pesca (Guaratiba). Apesar da baixa concentração populacional nessas regiões, portanto, a presença de indivíduos deslocados da Europa do Sul tinha registro significativo.

Situando-se, especificamente, o caso português, sua grande dispersão fica evidenciada no gráfico que se segue (gráfico n.º 3), que não indica concentrações díspares, ilustrando importantes percentuais de sua presença tanto na área central da cidade quanto nos eixos de expansão norte (Andaraí) e sul (Lagoa). Consideradas as regiões indicadas, os percentuais situam-se entre os 10 e 6%, registrando, portanto, grande dispersão.

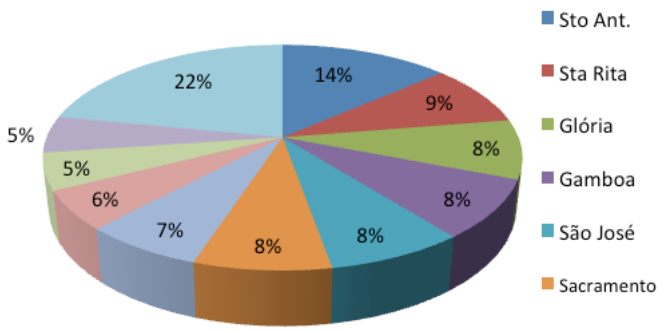
GRÁFICO N.º 3
Distribuição espacial dos portugueses (1890)



Fonte: BRASIL. IBGE. *Censo de 1890*. Gráfico da autora.

Comparando-se a dispersão registrada no caso dos portugueses com aquela relacionada aos espanhóis (gráfico n.º 4), observamos que estes apresentam-se distribuídos menos uniformemente, registrando concentração maior na área central da cidade, com uma grande presença no distrito de Santo Antonio.

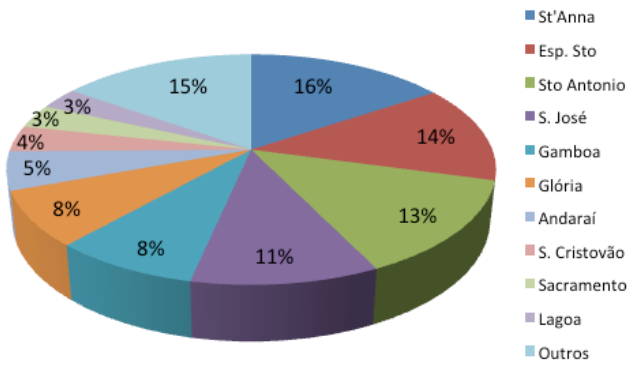
GRÁFICO N.º 4
Distribuição espacial dos espanhóis (1890)



Fonte: BRASIL. *Directoria Geral de Estatística. Censo de 1890*. Gráfico da autora.

No caso italiano, a concentração também se faz mais impactante no centro da cidade, com destaque para os distritos de Sant' Anna, Espírito Santo, Santo Antonio e São José.

GRÁFICO N.º 5
Distribuição espacial dos italianos (1890)



Fonte: BRASIL. *Directoria Geral de Estatística. Censo de 1890*. Gráfico da autora.

Observando-se a distribuição apontada nos censos e demonstrada nos gráficos acima, é possível concluir que um fator explicativo para essa dispersão, no caso de portugueses e espanhóis (principalmente os galegos) [14], era sua vocação para o pequeno comércio voltado para a comercialização de alimentos, imperiosa em toda parte. Dessa forma, o estrangeiro, principalmente o português do armazém, quitanda, padaria, botequim e açougue da cidade era sempre presença obrigatória no espaço comercial da cidade. Considere-se, em acréscimo, que a transformação do sonho do estabelecimento do negócio próprio só se fez possível, na maioria esmagadora dos casos, em subúrbios distantes.

14 Os galegos representavam a maior presença espanhola na cidade do Rio de Janeiro. Sobre os galegos na cidade, ver SARMIENTO, 2006.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BRASIL. AHI (Arquivo Histórico do Itamarati). Censo de 1872.

BRASIL. AHI. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil,* realizado em 1890.

BRASIL. AHI. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil* de 1920.

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil,* 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. XVI.

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil,* 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. XVI.

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil,* 1960. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. XVI.

BRASIL. Relatórios Ministeriais. *Relatório do Ministério da Agricultura de 1912-1913*.

CARR, E. H., 2001 – *Vinte anos de crise. Uma introdução ao estudo das Rela*ções Internacionais (1919-1939). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

DEVOTO, Fernando, 2003 – *La inmigración en la* Argentina. Buenos Aires: Sudamericana.

MENEZES, Lená M. de Menezes, 2009 – "A 'onda' emigratória de 1912: dos números às trajetórias", in SOUSA, Fernando, et al, *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE.

SARMIENTO, 2006 – *O outro Río: A Emigración galega a Río de Xaneiro*. Rio de Janeiro: Santa Comba (A Coruña), Tres Ctres.